

Em milhares de Reais

Ativo				
Descrição	Nota	06/2019	06/2018	
Circulante		6.381.319	5.831.293	
Disponibilidades	4	12	9	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.046.049	4.910.808	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.046.049	4.910.808	
Títulos e Valores Mobiliários	6	241.373	420.047	
Carteira Própria		188.980	371.574	
Vinculados à Prestação de Garantias		52.393	48.474	
Relações Interfinanceiras	7	290.602	426.459	
Repasses Interfinanceiros		290.602	426.459	
Operações de Crédito	8	53.793	66.496	
Operações de Crédito		54.054	66.529	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(261)	(34)	
Outros Créditos	9	23.779	6.287	
Diversos		23.779	6.287	
Outros Valores e Bens	10	639	1.187	
Outros Valores e Bens		254	938	
Despesas Antecipadas		385	248	
Não Circulante		784.342	1.370.628	
Realizável a Longo Prazo		540.308	1.150.548	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	72.353	305.315	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		72.353	305.315	
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.171.172	802.347	
Carteira Própria		413.285	290.639	
Vinculados à Prestação de Garantias		757.886	511.708	
Relações Interfinanceiras	7	16.739	37.252	
Repasses Interfinanceiros		16.739	37.252	
Operações de Crédito	8	1.292	1.899	
Operações de Crédito		1.298	1.902	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6)	(4)	
Outros Créditos	9	3.825	3.735	
Diversos		3.825	3.735	
Investimentos	11	238.855	213.612	
Ações e Cotas		238.855	213.612	
Imobilizado	12	4.107	4.536	
Outras Imobilizações de Uso		10.632	9.975	
(-) Depreciações Acumuladas		(6.525)	(5.440)	
Intangível		1.072	1.933	
Softwares		13.507	13.223	
(-) Amortizações Acumuladas		(12.435)	(11.291)	
Total do Ativo		7.165.662	7.201.921	

**Balanco Patrimonial**

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de Reais

Passivo				
Descrição	Nota	06/2019	06/2018	
Circulante		6.772.705	6.820.032	
Depósitos	13	1.695.869	2.220.965	
Depósitos à Vista		85	85	
Depósitos sob Aviso		717	676	
Depósitos a Prazo		1.695.066	2.220.204	
Relações Interfinanceiras	14	5.000.249	4.544.352	
Repasse Interfinanceiros		503.520	416.286	
Centralização Financeira - Cooperativas		4.496.729	4.128.066	
Relações Interdependências	15	716	872	
Recursos em Trânsito de Terceiros		716	872	
Obrigações por Repasses	16	12.560	19.678	
Repasse - Outras Instit. Oficiais		12.560	19.678	
Outras Obrigações	17	59.532	34.165	
Sociais e Estatutárias	17.1	5.528	2.036	
Fiscais e Previdenciárias	17.2	637	487	
Diversas	17.3	53.367	31.642	
Não Circulante		23.625	29.844	
Depósitos	13	10.505	-	
Depósitos a Prazo		10.505	-	
Obrigações por Repasses no País	16	13.420	26.381	
Repasse - Instituições Oficiais		3.643	4.653	
Repasse - Outras Instit. Oficiais		9.778	21.728	
Outras Obrigações	17	3.480	3.462	
Diversas	17.3	3.480	3.462	
Patrimônio Líquido		369.332	352.045	
Capital Social	19.a	280.152	279.813	
Reserva de Capital		54.758	45.042	
Reserva de Sobras		9.328	7.252	
Sobras do Período		25.094	19.938	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		7.165.662	7.201.921	

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstrações de Sobras ou Perdas
Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de Reais

Descrição	Nota	06/2019	06/2018
Ingressos da Intermediação Financeira	20	200.063	192.658
Resultado com operações de crédito		4.022	839
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		195.927	191.680
Resultado de aplicações compulsórias		114	139
Dispêndios da Intermediação Financeira	21	(64.015)	(86.901)
Operações de captação no mercado	13.a	(55.199)	(73.501)
Operações de empréstimos e repasses		(8.340)	(13.171)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(476)	(229)
Resultado bruto da intermediação financeira		136.048	105.757
Outras receitas (despesas) operacionais		(110.348)	(85.442)
Receitas de prestação de serviços		73	97
Despesas de pessoal	21.1	(10.008)	(8.240)
Outras despesas administrativas	21.1	(11.373)	(12.269)
Despesas Tributárias	21.1	(113)	(91)
Outras Receitas Operacionais	20.1	63.011	59.193
Outras Despesas Operacionais	21.1	(151.938)	(124.132)
Resultado Operacional		25.700	20.315
Resultado Não Operacional	22	30	7
Resultado antes da tributação e da participação na sobra		25.729	20.322
Imposto de Renda e Contribuição Social		(10)	-
Imposto de Renda		(5)	-
Contribuição Social		(5)	-
Participação na Sobra		(625)	(383)
Sobra Líquida		25.094	19.938

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de Reais

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Sobras Legal	Sobras do Período	Totais	
					Período Atual	Período Anterior
Saldos em 30 de junho de 2018	279.813	45.042	7.252	19.938	352.045	284.249
Outros Eventos						
Absorção - FATES	-	-	-	820	820	644
Contribuição Monetárias para Reservas	-	4.595	-	-	4.595	2.982
Reversão de Reserva	-	(21.870)	-	299	(21.571)	(2.000)
Devolução para Reserva	-	12.256	-	-	12.256	7.094
Destinações do Período Anterior:						
FATES	-	-	-	(4.245)	(4.245)	(1.427)
Reservas	-	7.264	2.075	(9.339)	-	-
Destinação AGO	-	7.473	-	(7.473)	-	-
Movimentação de Capital:						
Subscrição/Realização	338	-	-	-	338	40.565
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	25.094	25.094	19.938
Saldos em 30 de junho de 2019	280.152	54.758	9.328	25.094	369.332	352.045
Mutações do Período	338	9.717	2.075	5.156	17.286	67.796

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em milhares de Reais	
	06/2019	06/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	25.729	20.322
Resultado do Exercício 1º. Semestre Ano Corrente	25.729	20.322
Ajustes		
IRPJ / CSLL	(10)	-
Provisão para Operações de Crédito	229	17
Participação nos Lucros	(625)	(383)
Depreciações e Amortizações	2.229	2.286
	27.552	22.241
Aumento (redução) em ativos operacionais	4.235.523	(4.532.374)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.831.178	(4.197.064)
Títulos e Valores Mobiliários	(748.073)	(90.928)
Relações Interfinanceiras	156.371	(213.222)
Operações de Crédito	13.080	(27.924)
Outros Créditos	(17.581)	(2.912)
Outros Valores e Bens	547	(324)
Aumento (redução) em passivos operacionais	(53.545)	887.889
Depósitos	(514.592)	(1.511.693)
Outras Obrigações	25.385	10.721
Relações Interdependências	(157)	(115)
Relações Interfinanceiras	455.896	2.595.523
Obrigações por Repasses no País	(20.079)	(206.547)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.209.530	(3.622.243)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	(25.243)	(23.320)
Imobilizações de Uso	(940)	(991)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(26.183)	(24.311)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento por novos aportes de Capital	338	40.565
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(4.245)	(1.427)
Contribuição Monetárias para Reservas	4.595	2.982
Devolução para Reserva	12.256	7.094
Reversão de Reserva	(21.571)	(2.000)
Realização FATES	820	644
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(7.808)	47.858
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.175.539	(3.598.696)
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	809.893	4.408.589
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	4.985.432	809.893
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.175.539	(3.598.696)

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativa, fundada em 08/11/1985, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/08/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços às Cooperativas ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº

9.580/2018. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2019**.

4. Disponibilidades

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Caixa	9	6
Depósitos Bancários	3	3
TOTAL	12	9

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em depósitos interfinanceiros estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - De curto Prazo	5.046.049	4.910.808
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - De longo Prazo	72.353	305.315
TOTAL	5.118.402	5.216.123

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Título De Renda Fixa	414.786	414.213
Cotas De Fundos De Investimento	187.480	248.000
Vinculados a Prestação de Garantias	810.280	560.181
TOTAL	1.412.545	1.222.394

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104% do CDI.

7. Relações Interfinanceiras

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Cooperativas de Crédito Rural	304.415	459.615
Centralização Financeira	3.227	4.342
(-) Cooperativas de Crédito Rural	(302)	(245)
TOTAL	307.340	463.712

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	4	-	4	-
Empréstimos	53.621	4	53.626	66.138
Financiamentos	429	1.294	1.722	2.293
(-) Provisões para Operações de Crédito	(261)	(6)	(266)	(37)
TOTAL	53.793	1.292	55.085	68.394

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial/Conta Garantida	Financiamentos	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA - Normal	37.248	-	1.013	38.260	-	62.131	-
A 0,5% Normal	4.194	4	620	4.818	(24)	5.998	(30)
B 1% Normal	10.762	-	-	10.762	(108)	84	(1)
C 3% Normal	144	-	89	234	(7)	219	(7)
D 10% Normal	1.277	-	-	1.277	(128)	-	-
Total Geral	53.626	4	1.722	55.352	(266)	68.432	(37)
Provisões	(261)	(0)	(6)	(266)		(37)	
Total Líquido	53.365	4	1.717	55.085		68.394	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.195	49.426	4	53.626
Financiamentos	109	320	1.294	1.722
Conta Corrente	4	-	-	4
TOTAL	4.307	49.746	1.298	55.352

9. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019	30/06/2018
Diversos (a)	27.604	10.023
TOTAL	27.604	10.023

(a) Refere-se, substancialmente, a participação na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, a adiantamentos para pagamentos de nossa conta, a devedores por depósitos em garantia, adiantamentos e antecipações salariais a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação.

A participação na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A referente ao período de janeiro a junho de 2019 totaliza R\$ 19.607 (dezenove milhões, seiscentos e sete mil reais) e a partir de 2019, é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

10. Outros Valores e Bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Material em Estoque	254	938
Despesas Antecipadas (a)	385	248
TOTAL	639	1.187

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamentos de dados e outros.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A e na CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Participações inst financ controlada coop crédito	196.666	171.666
Participações coop exceto coop central crédito	-	198
Sicoob confederação	41.527	41.484
Participações empr controlada coop central crédito	659	261
Outras participações	5	5
(-) ações de empresa telefonica	(2)	(2)
TOTAL	238.855	213.612

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Instalações	10%	618	506
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(319)	(126)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.266	3.227
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.518)	(1.230)
Sistema de Comunicação	20%	461	422
Sistema de Processamento de Dados	10%	5.480	4.975
Sistema de Segurança	10%	613	565
Sistema de Transporte	20%	193	280
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(4.687)	(4.085)
TOTAL		4.107	4.536

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata às cooperativas, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Depósito à Vista	85	85
Depósito Sob Aviso	717	676
Depósito a Prazo	1.705.571	2.220.204
TOTAL	1.706.373	2.220.965

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(21)	(20)
Despesas de Depósitos a Prazo	(55.179)	(73.480)
TOTAL	(55.199)	(73.501)

14. Relações Interfinanceiras

São demonstrados recursos captados junto a outras instituições acrescido de encargos financeiros para fins de repasse as cooperativas associadas na modalidade de Crédito Rural.

É também composto da centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas singulares, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Recursos de crédito rural	503.520	416.286
Centralização financeira – cooperativas	4.496.729	4.128.066
TOTAL	5.000.249	4.544.352

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	716	872
TOTAL	716	872

16. Obrigações por Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse às Cooperativas associadas em diversas modalidades e capital de giro.

Instituições	30/06/2019		30/06/2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BRABESCO	10.794	6.208	13.966	16.616
ITAU	1.655	2.660	5.573	4.229
BADESC	111	910	139	882
BNDES	-	3.643	-	4.653
TOTAL	12.560	13.420	19.678	26.381

17. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Sociais e Estatutárias	5.528	2.036
Fiscais e Previdenciárias	637	487
Diversas	56.847	35.104
TOTAL	63.012	37.627

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	4.632	1.158
Resultado de Atos com Não Associados (a)	324	319
Gratificações e Participações a Pagar (b)	573	383
Cotas de Capital a Pagar	-	175
TOTAL	5.528	2.036

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo a instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a um Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, no qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados à realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.

17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições sobre Sobras a Pagar	9	-
Impostos e contribuições a recolher	628	487
TOTAL	637	487

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	15	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1	1
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	4.997	3.941
Provisão para Passivos Contingentes (b)	3.699	7.022
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	0	-
Credores Diversos – País (c)	48.135	24.139
TOTAL	56.847	35.104

(a) Referem-se substancialmente, à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	3.480	3.586	3.400	3.516
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	239	62	219
Outros	219	-	3.560	-
TOTAL	3.699	3.825	7.022	3.735

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Central entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda remota. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis.

(c) Refere-se, substancialmente, a remuneração da centralização financeira no período de junho de 2019 e a participação na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, que referente ao período de janeiro a junho de 2019 totaliza R\$ 19.607 (dezenove milhões, seiscentos e sete mil reais) e a partir de 2019 é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

18. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada Cooperativa tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	280.152	279.813
Cooperativas Associadas	42	43

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% (dez por cento) quando do encerramento do exercício social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento), podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao **SICOOB CENTRAL SC/RS**, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas participantes do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas, quando do encerramento do exercício social, conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	4	2
Rendas de Empréstimos	2.525	764
Rendas de Financiamentos	59	73
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	179.332	170.643
Rendas de Títulos de Renda Fixa	12.633	15.882
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	3.963	5.154
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	1.434	-
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	114	139
TOTAL	200.063	192.658

20.1 Outras Receitas Operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2018
Recuperação de Encargos e Despesas	1.302	1.739
Rendas de Repasses Interfinanceiros	14.086	14.148
Repasses Interfinanceiros	292	332
Reversão de Provisão Para Garantias Prestadas	-	40
Atualização de Depósitos Judiciais	39	45
Outras Rendas Operacionais (a)	47.292	42.889
TOTAL	63.011	59.193

(a) Refere-se, substancialmente, aos dividendos do SICOOB Confederação e Bancoob, sobras da CNAC e ao rateio de despesas da Central entre as cooperativas filiadas.

21. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2018
Despesas De Captação	(55.199)	(73.501)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(8.340)	(13.171)
Provisões para Operações de Crédito	(274)	(61)
Repasses interfinanceiros	(235)	(402)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	33	166
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	69
TOTAL	(64.015)	(86.901)

21.1 Outras Despesas Operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2018
Despesas de água, energia e gás	(109)	(108)
Despesas de aluguéis	(467)	(439)
Despesas de comunicações	(243)	(333)
Despesas de honorários	(516)	(457)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(56)	(191)
Despesas de material	(176)	(289)
Despesas de pessoal - Benefícios	(1.551)	(1.139)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.972)	(1.684)
Despesas de pessoal - proventos	(5.691)	(4.840)
Despesas de pessoal - treinamento	(221)	(74)
Despesas de remuneração de estagiários	(58)	(45)
Despesas de processamento de dados	(703)	(586)
Despesas de promoções e relações públicas	(90)	(69)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.128)	(6.472)
Despesas de publicações	(32)	(24)
Despesas de seguros	(38)	(27)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(208)	(110)
Despesas de serviços de terceiros	(564)	(507)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(6)	(9)
Despesas de serviços técnicos especializados	(208)	(579)
Despesas de transporte	(38)	(52)
Despesas tributárias	(57)	(43)
Despesas de viagem ao exterior	-	(35)
Despesas de viagem no país	(444)	(508)
Outras despesas administrativas	(806)	(765)
Despesas de amortização	(532)	(624)
Despesas de depreciação	(526)	(529)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(1)	(1)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(1)	(1)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(54)	(46)
Dispendios de Depósitos Intercooperativos	(151.872)	(123.828)
Provisão para Passivos Contingentes	(39)	(41)
Provisão para Passivos Trabalhistas	-	(4)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(21)	(14)
Outras Despesas Operacionais	(7)	(244)
Garantias Financeiras Prestadas	-	(13)
	(173.432)	(144.732)

22. Resultado Não Operacional

Descrição	1º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2018
Ganhos de Capital	28	7
Outras Rendas não Operacionais	2	-
Resultado Líquido	30	7

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são cooperativas singulares com representantes na central, conselho de administração e diretoria executiva representadas pelas pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Central.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Central Sicoob SC/RS e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da central e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: garantia fidejussória, penhor cédula, caução e garantias reais.

a) Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	13.796	25,73%
Financiamento	78	4,53%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	319	39,80%	-
Depósitos a Prazo	333.556	19,55%	0,47%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	4,75%
Aplicações Financeiras	7,06%

b) No 1º semestre de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2019	
Honorários - Conselho Fiscal	(29)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(487)
Encargos Sociais	(151)

24. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.



Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **30 de junho de 2019**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 14 (quatorze mil reais), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de suas cooperativas associadas com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.



O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CENTRAL SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **30 de junho de 2019**.

28. Benefícios a Empregados

A Central é patrocinadora por um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Central são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2019 totalizaram R\$ 60 (sessenta mil reais).

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC